



Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS: uma estratégia de resistência

Thematic Research Groups (GTPs) and Temporalis Journal: Strategies for Consolidating Social Work as an Area of Knowledge

Elaine Rossetti Behring*

 <https://orcid.org/0000-0001-9523-160X>

RESUMO

O artigo resgata o processo de criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), na gestão 2009–2010 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como uma estratégia político-acadêmica de fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento, bem como da organização político-profissional. Os GTPs foram criados para gerar sinergia entre pesquisadores/as, tendo em vista as pressões pelo individualismo, pela competição e pelo produtivismo na universidade em tempos neoliberais. Trata-se de uma dinâmica articulada à *Revista Temporalis*, que passou a repercutir os debates no interior dos GTPs, além de se tornar mais acessível on-line a partir daquela gestão. Tal estratégia/movimento passou também a organizar os Encontros Nacionais de Pesquisadores/as (ENPESS), com a proposição de eixos pelos coletivos de pesquisa, aprofundando a representatividade e a capilaridade da ABEPSS junto às unidades de formação acadêmica nos níveis de graduação e pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Grupos Temáticos de Pesquisa; ABEPSS; Revista Temporalis.

ABSTRACT

This article examines the creation of Thematic Research Groups (GTPs) during the 2009–2010 administration of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). This was a political-academic strategy to strengthen social work as a field of knowledge and its political-professional organization. The GTPs were created to foster synergy among researchers, given the pressures toward individualism, competition, and productivism in universities during neoliberal times. This dynamic is intertwined with the *Temporalis* Journal, which began to reflect the debates within the GTPs and became more accessible online during that administration. This strategy/movement also led to the organization of the National Researchers' Meetings (ENPESS), with the proposal of themes by research groups, deepening ABEPSS's representation and reach within academic training units at the undergraduate and graduate levels.

* Professora e Pesquisadora. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente titular do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço e Membro do Corpo Permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: elan.rosbeh@uol.com.br

DOI [10.22422/temporalis.2025v25n50p61-69](https://doi.org/10.22422/temporalis.2025v25n50p61-69)

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Social Work; Thematic Research Groups; ABEPSS; Temporalis Journal.

Introdução

Provocada pela gestão 2025–2026 da nossa Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), que organiza este volume da *Revista Temporalis* em celebração dos 25 anos deste importante periódico da nossa área, e dos 15 anos da experiência dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), escrevo as linhas que seguem com um misto de nostalgia e orgulho.

A nostalgia tem relação com a saudade de um tempo prazeroso de debates e de muita construção, que não está diretamente presente no meu momento atual de vida — ainda que tenha deixado companheiras/os inesquecíveis, com quem pude compartilhar um trabalho intenso, alegrias e celebrações. Afinal, organização política promove grandes encontros, alguns dos quais perduram. E o orgulho é mesmo inevitável, especialmente ao olhar, desde agora, para aquele momento inaugural dos GTPs e perceber que as sementes que aquele coletivo plantou — e que tive a honra e o desafio de presidir — se tornaram árvores fortes e frondosas, com muitos frutos importantes.

Como os livros que escrevemos, cujas palavras e ideias são apropriadas pelo público leitor que lhes dá múltiplos destinos e sentidos que não dominamos, as experiências político-institucionais que criamos/inauguramos ganham vida própria, pois novos coletivos e sujeitos imprimem suas marcas e lutas no solo da história. Alguns temas ganharam centralidade e outros nem tanta, ao longo desses 15 anos, refletindo sinais advindos do exercício profissional, da formação e, sobretudo, dos fundamentos inscritos no solo da realidade brasileira e da história.

Iniciaremos nosso percurso neste artigo resgatando o projeto e o processo de criação histórica dessa estratégia político-acadêmica, para, na sequência, refletir sobre o marco geral em que se inscreve a experiência dos GTPs da ABEPSS, apontando possíveis desdobramentos, contradições e tensões com que se depara esse processo de criação coletiva hoje.

O Processo de Construção dos GTPs

Na *Revista Temporalis* nº 22, publiquei o texto “ABEPSS 2009–2010: estágio, pesquisa e consolidação institucional” (Behring, 2011), realizando um balanço de conjunto da gestão da ABEPSS 2009–2010, marcada por algumas iniciativas fundamentais, dentre elas: a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), a reorganização institucional e cartorial da ABEPSS, e a formulação e criação dos GTPs. O que destacamos ali acerca dos GTPs? A pesquisa é uma dimensão formativa que se articula ao ensino e à extensão, atravessando a graduação e a pós-graduação.

Essa é uma concepção de princípio, presente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)¹, que pode parecer óbvia, mas nem sempre é simples de materializar — seja por incompreensões dos próprios sujeitos da formação, seja pelas condições institucionais ou outras determinações. No que diz respeito aos GTPs, o artigo evidenciava que eles tiveram um lócus privilegiado de formulação na Executiva Nacional da ABEPSS, em articulação com as coordenações nacional e regionais de pós-graduação.

Contudo, esse ponto de partida — e considerando que a Coordenação de Graduação estava voltada, à época, para a Política Nacional de Estágio — não representou uma tensão com o princípio. Pelo contrário, foi formulado e proposto o documento “A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)”, em 2009, que reafirmou, em suas primeiras linhas, essa compreensão fundamental. Este foi o documento que percorreu o país nas Oficinas Regionais e Nacional, recebendo inúmeras contribuições e precisões, até chegar ao ENPESS de 2010 para sua implementação definitiva.

Indo além daquele artigo de 2011, podemos observar que algumas ideias e preocupações centrais animavam o debate na ocasião: estruturar a ABEPSS e o Serviço Social como área de conhecimento, com uma participação mais orgânica de pesquisadores/as no seu interior, combatendo tendências centrífugas no âmbito da pós-graduação; consolidar, como já dito, o princípio orientador da ABEPSS de articulação entre graduação e pós-graduação no âmbito da pesquisa, posta como uma dimensão que atravessa os dois âmbitos formativos; resistir às pressões quantitativas e métricas do produtivismo acadêmico com seu *ethos* neoliberal, gerando estratégias solidárias e coletivas entre programas, revistas e coletivos de pesquisadores (núcleos, grupos, redes, programas etc.), inclusive considerando a heterogeneidade estrutural do país e as desigualdades regionais; distinguir produtivismo de produção e socialização do conhecimento — dimensões centrais da atividade docente e discente²; fortalecer as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), destacadamente os Programas de Pós-Graduação e de Iniciação Científica.

Algumas experiências amplamente reconhecidas de organização de entidades da mesma natureza da ABEPSS, por eixos temáticos, nos inspiravam. São exemplo os GTs da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), os Simpósios Temáticos da Associação Nacional de História (ANPUH), os GTs da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e os da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), dentre outras — todas contando (e ainda contando) com pesquisadores/as da área de Serviço Social.

¹ Conferir este documento e outros que se agregaram na sequência em <https://abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss/>

² Sobre esse tema delicado, o documento da ABEPSS (2009) se posicionava nitidamente: “Há que se distinguir produção de qualidade e produtivismo, porque é evidente que a ABEPSS, como entidade acadêmico-científica e política, quer estimular a produção científica da área, socialmente relevante, articulada com as forças radicalmente democráticas da sociedade brasileira, marcada pelo rigor teórico, metodológico e compromisso ético. Inclusive, pensamos que é fundamental que área continue disputando recursos públicos para a produção de conhecimento nessa direção apontada.”

Esse processo democrático e intensivo de debates culminou no ENPESS de 2010, realizado na UERJ, no Rio de Janeiro, no qual se instauraram os sete colóquios dos GTPs propostos pelo documento. Esses colóquios delimitavam os eixos temáticos, assentados nas matérias das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), em levantamentos das áreas de concentração dos PPGs da área, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e na escuta realizada nas Oficinas Regionais e Nacional, que reuniram mais de 1.500 docentes, profissionais e estudantes (ABEPSS, 2009). Os colóquios, naquela ocasião, foram:

- 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
- 2) Política Social e Serviço Social;
- 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
- 4) Movimentos Sociais e Serviço Social;
- 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
- 6) Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social;
- 7) Ética, Direitos e Serviço Social.

O sentido da criação dos GTPs foi instaurar um processo vivo de acompanhamento e socialização das investigações em curso, bem como das incidências estruturais e conjunturais sobre esses eixos — sempre articulados com a área, pois em todos eles aparece o Serviço Social. Isso poderia, inclusive, levar à criação de novos GTPs, a partir da continuidade e aprofundamento das experiências e discussões acadêmicas internas a cada grupo.

Porém, havia uma preocupação central: os GTPs não poderiam se tornar uma estrutura à parte da ABEPSS. Pelo contrário, tratava-se de adensar e qualificar ainda mais nossa entidade acadêmica nacional e o ENPESS, com certa independência, mas sem perder a organicidade.

Vejamos a formulação original do documento:

Os GTPs devem se constituir em núcleos capazes de disseminar produções; promover debates e a interlocução entre pesquisadores, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Visam, assim, estimular a investigação a partir dos eixos temáticos propostos, por meio da constituição de uma rede de pesquisadores que poderá estabelecer sua própria dinâmica, culminando na organização dos colóquios temáticos no âmbito do ENPESS, bem como outras iniciativas propostas autonomamente por suas coordenações e participantes. Ou seja, os GTPs deverão ter uma vida própria e independente, ainda que orgânica à ABEPSS.

Estou convencida de que a criação dos GTPs foi um grande salto e acerto político-acadêmico. Ao longo desses anos, eles ganharam movimento e densidade, vêm orientando a organização dos ENPESS, propondo temas de discussão e dinamizando a área. Houve, contudo, algumas mudanças importantes. Hoje, em 2025³, temos oito GTPs, em função do desmembramento de um deles — o que, ademais, já se enunciava desde a criação — e pequenas, porém significativas, alterações de nomenclatura que refletem o

³ Conferir em <https://abepss.org.br/gtps/>

amadurecimento da área na apropriação de debates e questões fundamentais, como as relações étnico-raciais, os feminismos e os direitos humanos. Vejamos:

- 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
- 2) Política Social e Serviço Social;
- 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
- 4) Movimentos Sociais e Serviço Social;
- 5) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
- 6) Serviço Social, **Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social**;
- 7) Ética, Direitos **Humanos** e Serviço Social;
- 8) **Serviço Social, Geração e Classes Sociais.**

Houve ainda o interessante movimento interno aos GTPs de definir Comissões Coordenadoras nacionais, como previsto inicialmente, com indicações da Executiva Nacional da ABEPSS e dos colóquios, assegurando junto às comissões estruturas ampliadas e diversificadas institucional e regionalmente. Ou seja, os GTPs passaram a reunir e comprometer mais pessoas na sua dinâmica interna, indo além da proposta original. E esse é mesmo o “espírito da coisa”: uma experiência dinâmica que se redesenha com atenção, direção político-acadêmica e responsabilidade coletiva para acompanhar as requisições do tempo histórico e suas repercussões para a área do Serviço Social, orientando-se pelos documentos-chave que constituem o que, nos anos 1990, apelidamos de Projeto Ético-Político Profissional.

Evidentemente, cada GTP passou a ter sua vida própria, e é possível perceber ritmos distintos entre eles. No entanto, as várias gestões da ABEPSS desde então vêm buscando totalizar a experiência e produzir momentos de balanço e troca, que balizam a continuidade dos trabalhos e enfrentam os desafios que se colocam no processo. Uma breve visita ao espaço virtual dos GTPs no sítio da ABEPSS revela inúmeros documentos, levantamentos de pesquisas nos vários níveis de ensino, publicações em periódicos e livros, relatórios temáticos — enfim, o esforço coletivo de consolidar os GTPs como estratégia acadêmica e político-profissional.

Outro aspecto a ser destacado é a organização de números temáticos da *Revista Temporalis* a partir dos trabalhos dos GTPs, muitos deles selecionados entre os trabalhos do ENPESS ou produzidos a partir deles e dos debates dos colóquios. Nesse sentido, criou-se uma compatibilização entre GTPs e revista, socializando os resultados de pesquisas e reflexões dos diversos coletivos.

Então, celebremos esse ponto de chegada debutante dos GTPs — e que venham muitos outros anos de existência para fortalecer o Serviço Social como área do conhecimento, fomentar a dimensão investigativa crítica na formação profissional e estimular a organização coletiva na e da ABEPSS!

No entanto, “é preciso estar atento e forte”, como nos clama a voz aguda de Gal Costa em *Divino, Maravilhoso* (Gilberto Gil e Caetano Veloso, 1969), pois há muitos “perigos na

esquina” que desafiam a pesquisa, a universidade, a coletivização das experiências acadêmicas e políticas, e a teoria social crítica. Senão, vejamos.

Os GTPs frente à crise capitalista em suas múltiplas dimensões

Nesses 15 anos de vida dos GTPs, a vida social esteve em ebulação, potencializando contradições e desafios, novos e antigos. Na verdade, ela sempre está em um modo de produção — o capitalismo — no qual “tudo o que é sólido se esfuma” (Marx, [1848]1998), para se perenizar. No entanto, busco caracterizar que este é um tempo acelerado e crítico, de mudanças profundas e abruptas, distinto de outras etapas da história moderna. Refiro-me a uma cena histórica que desconcerta as opiniões formadas e a pesquisa, sobretudo aquela que se propõe a ir além dos aspectos fenoménicos dos processos e relações sociais, buscando superar o “claro-escuro de verdade e engano” do cotidiano (Kosik, 1996), diga-se, fundada no método da crítica da economia política (Netto, 2009), em busca das mediações e contradições que se põem na totalidade concreta.

O marco mais geral em que se inscreve a construção e o movimento dos GTPs é o de um capitalismo em crise e decadência, e da consequente ofensiva burguesa para recuperar suas taxas de lucro. Com os primeiros sintomas da crise nos idos de fins dos anos 1960, e frustradas as tentativas keynesianas para sua gestão, a partir dos anos 1980 é desencadeada uma monumental reação burguesa. A reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a contrarreforma do Estado e a mundialização do capital tiveram impactos dramáticos sobre o mundo do trabalho, os direitos humanos e sociais — enfim, sobre as condições de vida e trabalho das maiorias.

Entretanto, vale dizer que essa “luta heróica” do capital para sua reprodução (Harvey, 1993) recuperou as taxas de lucro, mas com crescimento pífio da economia mundial nas últimas décadas. Isso porque se trata de uma crise estrutural, na qual o capitalismo se reproduz desencadeando forças profundamente destrutivas sobre as populações e a natureza — melhor dizendo, o capitalismo se depara com seus limites históricos (Mandel, 1982; Mészáros, 2002).

Estamos diante de uma crise multifacetada — ou policrise — que envolve: políticas econômicas de ajuste neoliberal e “austeridade” fiscal (Mattei, 2023), destrutivas dos direitos e facilitadoras das expropriações, tendo em vista uma oferta generalizada da força de trabalho a baixo custo (Fontes, 2010; Boschetti, 2018); o esgotamento do planeta — a dimensão ecológica e climática, num planeta que aquece para além dos parâmetros do Acordo de Paris; guerras — a dimensão geopolítica e imperialista, que mobiliza a indústria de armamentos, sustentada pelos Estados nacionais; pandemias — tivemos a Covid-19 entre 2020 e 2022, mas podemos ter adiante outros fenômenos semelhantes no campo da saúde, articulados à destruição ambiental; a emersão de projetos políticos de extrema direita neofascista, para implementar medidas econômicas e culturais deletérias da ofensiva burguesa; e uma ofensiva também ideológica, voltada a conter resistências e insurgências e inviabilizar a consciência de classe.

A crise estrutural do capitalismo se particulariza neste nosso país continental, cuja formação social é marcada pela dependência e pela superexploração da classe

trabalhadora (Marini, 1973), em sua diversidade étnico-racial — lembrando aqui as profundas chagas da escravização de indígenas e de negros, estes últimos trazidos forçadamente na diáspora africana (Moura, 2020) — e diversidade de gênero/sexo. Somos marcados por tendências autocráticas de uma burguesia antinacional, antidemocrática e antipública (Behring, 2003), que se renovam nesse ambiente regressivo. Em meio a essas múltiplas determinações e dimensões, alteram-se as expressões da questão social — a matéria do Serviço Social — que o requisita socialmente (Iamamoto, 2007).

De forma que os GTPs, enquanto movimento político-acadêmico desencadeado naquela gestão da ABEPSS de 2009–2010, têm sido fortemente instados, ao longo desses anos, a se debruçarem sobre uma realidade em intensa transformação e efervescência, pelas respostas das classes e seus segmentos, bem como do Estado capitalista, à crise estrutural do capital, nas particularidades brasileira e latino-americana. Da parte das classes dominantes, em sua busca incansável pela recuperação das taxas de lucro e valorização do valor, as respostas têm sido destrutivas, expropriadoras e ampliadoras do fetichismo e da reificação — o que repercute nas condições materiais e subjetivas da classe trabalhadora. Já a classe trabalhadora — aqui não idealizada como um bloco homogêneo, mas percebida em sua diversidade (Santos; Cisne, 2019) — tem sido lançada à luta diuturna pela sobrevivência, num mundo do trabalho fortemente precarizado e opressivo, destacadamente para as pessoas racializadas e generificadas, expropriadas de seus meios de vida para que se ofertem em quaisquer condições e a qualquer custo para a valorização do valor. Esse processo é corroborado pelo ambiente contrarreformista de ataque aos direitos sociais, por meio de políticas de ajuste e austeridade fiscal que vêm marcando as últimas décadas no Brasil, voltadas à apropriação do fundo público como suporte para os capitais (Behring, 2003, 2021).

Esses breves recortes da realidade que nos determina, nesses tempos “para pessoas sem tempo” (Barreto, 2022), são necessários para resgatar que os GTPs foram concebidos para gerar uma sinergia em torno do desvelamento do real em suas múltiplas determinações, estimulando investigações que permitam compreender e enfrentar os dilemas da humanidade e suas expressões particulares. Ou seja, os GTPs vieram para produzir conhecimento de forma coletiva, pois “o conhecimento liberta”, nas palavras do gênio Ariano Suassuna, e para alimentar as resistências — “os demônios”, como dizia Octavio Ianni.

Os GTPs têm, portanto, um potencial de resistência por estimularem o encontro, nesse ambiente marcado pela pressão do individualismo do “eu-empresa” (Barros, 2024), que também atravessa o mundo acadêmico, explicitamente ou não: não nos iludamos. São também potencialmente resistência por resgatarem a memória, na contracorrente do presenteísmo a-histórico da cultura histrionicamente espetacular (Debord, 2007) da pós-modernidade, tal como sistematizam Jameson (1996) e Netto (2010). É essa direção estratégica que dá sentido aos GTPs da ABEPSS e que se coaduna ao Projeto Ético-Político Profissional que construímos desde a “virada” em 1979.

Parece-me que a experiência dos GTPs tem buscado efetivamente — e com êxito — realizar esse potencial. Porém, não deixa de ser tensionada materialmente pelas dificuldades da universidade pública — lócus de grande parte da pesquisa que se realiza na

área — e das instituições de ciência e tecnologia, como a CAPES e o CNPq, no contexto de ajuste fiscal permanente e de desfinanciamento da educação nas últimas décadas e, portanto, da atividade de pesquisa.

E é desafiada também pelas incidências positivistas e/ou pós-modernas que refletem o espírito do tempo; ou mesmo por dinâmicas identitárias que marcam a gestão neoliberal dos conflitos sociais desses tempos bárbaros (Barros, 2024) — o que é distinto das lutas sociais e pesquisas que se fundam nas identidades e colocam em questão a totalidade da vida social, como nas perspectivas antirracistas e feministas anticapitalistas.

Há, por fim, tensões relacionadas a posturas individualistas, com “empreendedores/as de si mesmos/as” que pululam, especialmente nas redes sociais, desconsiderando muitas vezes o conhecimento como processo coletivo e cumulativo/histórico; ou, de outro ângulo, que disputam os espaços dos GTPs com projetos próprios descomprometidos com o coletivo.

Em que pesem essas sinalizações, tenho a convicção de que a direção política, acadêmica e organizativa coletiva — que se renova em distintas gerações — tem plenas condições para lidar e superar esses desafios, de forma que os GTPs, como estratégia, mantenham sua vocação original.

Referências

ABEPSS. A Abepss e o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Brasília, Mimeo, 2009.

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

BARRETO, Eduardo Sá. Ecologia Marxista para pessoas sem tempo. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

BARROS, Douglas. O que é identitarismo? São Paulo: Boitempo, 2024.

BEHRING, Elaine R. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma - Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Abepss 2009-2010: estágio, pesquisa e consolidação institucional. IN: **Revista Temporalis N°22.** Brasília: ABEPSS, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete (org.). Expropriação e direitos no Capitalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; EPSJV; UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTEI, Clara. **A ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do capital**. São Paulo: Boitempo; UNICAMP, 2002.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Silvana M. de M. dos; CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

Submetido em: 10/9/2025
Aceito em: 10/9/2025